



Promulgado repasse direto de verba de emenda parlamentar

Pela nova emenda constitucional, as transferências a estados e municípios de recursos indicados por senadores e deputados no Orçamento da União vão dispensar a formalização de convênio

O Congresso Nacional promulgou ontem a emenda que acrescenta à Constituição um artigo autorizando a transferência direta a estados e municípios de recursos de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual. O novo artigo entrará em vigor em 1º de janeiro do ano que vem. De acordo com a emenda, os repasses podem ser feitos sem necessidade de convênio.

Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a nova emenda constitucional fortalece a democra-

cia, a Federação e os entes federados.

— Saímos de 2019 promovendo ao Brasil e aos brasileiros que o tão sonhado pacto federativo se concretiza com ações, como a promulgação dessa emenda constitucional. Estamos tendo a oportunidade de dar um passo gigantesco no sentido da economia do recurso público. Com certeza absoluta, ficaremos registrados na história como o Congresso brasileiro que mais fez justiça aos estados, aos municípios e ao pacto federativo — disse Davi. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o deputado Aécio Neves durante promulgação em sessão solene do Congresso

Avança MP que transfere terras da União para Roraima e Amapá **4**

Aprovado em comissão relatório sobre políticas de energia renováveis **4**

Entregue relatório sobre projeto que modifica o marco do setor elétrico **3**

Ouvidorias do Senado e da Câmara agem para combater fake news **2**



Beto Nacarini/BCB

Davi confirma votação da MP sobre o Coaf para terça-feira

A medida provisória que transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Economia para o Banco Central deve ser votada na terça-feira. A informação é do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que pediu

aos líderes partidários para convocarem suas bancadas.

A Câmara mudou pontos da MP e excluiu a atribuição de produção de informações para o combate ao financiamento do terrorismo, além de manter o nome Coaf no lugar de UIF. **3**

O texto aprovado pela Câmara excluiu a atribuição prevista na MP de produzir informações para o combate ao financiamento do terrorismo

Ampliação da área de atuação da Codevasf vai à Câmara

A Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou na quarta-feira dois projetos que ampliam a área de atuação da Codevasf. O primeiro inclui o estado do Amazonas, a bacia hidrográfica do Rio Araguari e demais bacias dos estados do Pará e do Amapá. O segundo inclui as bacias difusas do litoral do Piauí. Os textos seguem para a Câmara dos Deputados. **4**

Senadores pedem fiscalização do TCU para óleo no Nordeste

Requerimento que solicita a fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), das ações desenvolvidas pelo governo federal contra o derramamento de óleo que atingiu o Nordeste foi aprovada em Plenário.

O vazamento de óleo já é considerado o maior acidente ambiental em extensão do Brasil, pois comprometeu 2,1 mil quilômetros de praias, prejudicando a vida marinha, a saúde humana e as atividades econômicas. **4**

Brasil negligencia defesa cibernética, diz parecer

Relatório de Esperidião Amin sobre defesa cibernética no Brasil foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores. O tema foi selecionado para a avaliação anual de política pública pela comissão e, segundo o senador, é absolutamente estratégico em todo o mundo, mas no país permanece sem recursos e negligenciado. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Esperidião Amin apresenta relatório, entre Marcos do Val e Aroldo de Oliveira

Ouvidorias do Congresso trabalham contra fake news

Órgãos do Senado e da Câmara se reuniram para avaliar a proteção de dados e a influência que as mídias sociais exercem na sociedade. Instituto DataSenado também lançou pesquisa sobre o tema

OS DESAFIOS DAS notícias falsas (fake news) e da proteção de dados nas mídias sociais foram ressaltados em debate promovido ontem pelas Ouvidorias do Senado e da Câmara. Destinado a discutir a influência que as mídias exercem na sociedade, o debate também marcou a divulgação da pesquisa *Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade na Internet*, realizada pelo Instituto DataSenado.

O debate recebeu representantes do Google, do Facebook, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), do Instituto Tecnologia e Sociedade, da Universidade de Brasília (UnB) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A audiência foi presidida pelo ouvidor da Câmara, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), e teve também a participação do ouvidor do Senado, Marcio Bittar (MDB-AC).

Segundo Barbosa, as Ouvidorias das duas Casas trabalham



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Bittar (E), é possível aperfeiçoar a tecnologia para combater fake news

em vários projetos de forma compartilhada, buscando ter no Congresso a visão do cidadão sobre como os parlamentares agem e o que precisa melhorar. Ele afirmou que as ouvidorias pretendem fazer pesquisas mensais sobre temas relevantes — o das mídias sociais foi o primeiro deles.

— As mídias sociais podem se tornar uma ameaça à democracia se não tivermos uma corresponsabilidade em lidar de fato com a correção

das informações pelo mundo afora — afirmou.

Para Bittar, é possível aperfeiçoar a tecnologia para melhorar o acesso à comunicação e garantir que o Congresso iniba a mentira nas redes sociais.

— Como evitar a mentira? É um desafio mundial. Por mais que a gente aperfeiçoe, não vamos conseguir segurar tudo. A pessoa cria uma versão que pode ganhar a rede social. Até que você corrija, reputações podem ser jogadas no chão.

Wellington elogia nomeação de reitora da UFR

Wellington Fagundes (PL-MT) aplaudiu a nomeação da professora Analy Plizel como reitora da



Waldemir Borretto/Agência Senado

Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Para ele, esse é o ato inicial para transformar, de fato, o campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

— Vamos trabalhar para construir uma nova universidade em Rondonópolis como sonhamos e lutamos, mas, fundamentalmente, uma universidade que traga o desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região.

Reguffe presta contas do mandato e das emendas

Reguffe (Podemos-DF) prestou contas do mandato em 2019 em discurso ontem no Plenário. Ele



Waldemir Borretto/Agência Senado

lembrou que apoiou a CPI dos Tribunais Superiores e foi contra o Fundo Eleitoral, além de ter aberto mão de gastos como carro oficial, contratação de servidores e plano de saúde vitalício. O senador informou que destinou os R\$ 15,9 milhões do Orçamento da União de 2020 ao Centro de Oncologia do Hospital de Base, à polícia militar e aos bombeiros do DF, à compra de equipamentos hospitalares e a escolas públicas.

Prisco Bezerra defenderá valores democráticos

Em seu primeiro discurso depois de tomar posse, Prisco Bezerra (PDT-CE), suplente de Cid



Waldemir Borretto/Agência Senado

Gomes — licenciado —, afirmou ontem em Plenário que defenderá valores democráticos em favor dos trabalhadores, das crianças, dos jovens e das minorias.

Ele disse se orgulhar de fazer parte de um projeto político no Ceará que prioriza a educação como instrumento para melhorar as condições de vida da população. O senador citou números para demonstrar o resultado do engajamento em torno da questão.

Sessão homenageia associação dos produtores de algodão

O Senado comemorou ontem os 20 anos da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). Luis Carlos Heinze (PP-RS), requerente da homenagem, ressaltou que a organização foi a principal responsável por levar o Brasil de segundo maior importador para segundo maior exportador de algodão no mundo.

Ele lembrou que em 1999 a cotonicultura sofria com a desvalorização do real, o fechamento do mercado e a principal praga que afeta o setor, o bicudo-do-algodoeiro.

— Nesse contexto de baixa produção, era difícil imaginar que 20 anos depois o Brasil bateria sucessivos recordes de produção.

O presidente da Abrapa, Milton Garbugio, informou que a cadeia do algodão movimentava hoje US\$ 74,11 bilhões e 1,2 milhão de trabalhadores.

Soraya Thronicke (PSL-MS) elogiou o trabalho da Abrapa: — Essa organização, essa vontade de fazer, essa união para que todos deem certo é o segredo do sucesso.

Participaram ainda da sessão a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e os presidentes da Embrapa, Celso Luiz Moretti; da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão, Henrique Sniatkovski; e da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, Fernando Valente Pimentel, entre outros.

Plenário celebra Assembleia de Deus do Ministério de Madureira

Com maciça presença de lideranças evangélicas, o Senado comemorou ontem os 90 anos da Assembleia de Deus do Ministério de Madureira em sessão especial. Os convidados defenderam a importância das igrejas por sua obra social e pelo apoio aos valores e sentimentos do povo.

Um dos autores do requerimento da sessão, o senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) disse que o trabalho desbravador dos missionários suecos que introduziram a

Assembleia de Deus no Brasil segue até os dias atuais.

— Hoje é reconhecida como o maior ministério evangélico do país, porque a igreja nunca deixou de seguir as palavras “ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura” — afirmou.

Arolde de Oliveira (PSD-RJ) afirmou que a Assembleia de Deus penetrou no “coração do povo de uma nação cristocêntrica”, que deve saber recuperar o tempo perdido e enfrentar seus adversários, como a “ideologia de gênero”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a debates e pronunciamentos.

SESSÃO ESPECIAL Dia do Engenheiro

11h Comemoração do Dia do Engenheiro e do 86º Aniversário do Sistema Confea/Crea.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:



<http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:



<http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Promulgada transferência direta de recursos federais

Emenda constitucional dispensa convênio para o envio aos entes federados de recursos destinados por emendas parlamentares individuais ao Orçamento. Para senadores, mudança beneficia municípios

EM SESSÃO SOLENE, o Congresso promulgou ontem a emenda constitucional que autoriza a transferência direta a estados, municípios e Distrito Federal de recursos de emendas parlamentares individuais ao Orçamento da União. O novo artigo entrará em vigor em 1º de janeiro de 2020.

A reunião foi conduzida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Ele disse que a emenda fortalece a democracia, a Federação e os entes federados.

— Dia histórico de mais um capítulo que o Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional, faz concretamente, fazendo com que o pacto federativo, um debate estabelecido nesta Casa há muitos anos, possa acontecer de verdade — disse.

AEC 105/2019 é resultante da PEC 48/2019, aprovada pelos senadores na quarta-feira. O texto original (PEC 61/2015) foi apresentado pela então senadora e atual deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), aprovado pelo Senado em abril de 2019 e enviado para a Câmara, onde recebeu a numeração atual. Como a PEC foi modificada pelos deputados, teve de retornar ao Senado.



Davi assina emenda: "Um passo gigantesco na economia do recurso público"

De acordo com a nova emenda, os repasses podem ser feitos sem necessidade de convênio. As transferências poderão ser de dois tipos: especial, quando o parlamentar encaminha recursos para o governo ou a prefeitura sem destinação específica; e com finalidade definida, quando a verba vai "carimbada" para um uso determinado.

Pela emenda, 70% das transferências especiais devem ser destinadas a investimentos e apenas 30% a custeio. Será proibida a utilização da transferência especial para o pagamento de despesas com pessoal ou encargos referentes ao serviço da dívida pública. O texto também estabelece que 60%

das transferências especiais realizadas no primeiro ano de vigência devem ser executadas até junho.

Nelsinho Trad (PSD-MS) afirmou que a emenda resgata um pouco da dívida do país com os municípios. Weverton (PDT-MA) classificou o momento como de grande importância para a municipalidade.

Irajá (PSD-TO) disse que a medida vai beneficiar todos os municípios brasileiros ao desburocratizar e agilizar a liberação de recursos para todas as cidades do país, simplificando a vida dos municípios.

Para Chico Rodrigues (DEM-RR), a promulgação demonstra o amadurecimento da democracia brasileira.

Medida provisória sobre Coaf deve ser votada na terça-feira

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, confirmou para terça-feira a votação da MP 893/2019, que transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para o Banco Central, reestruturando o órgão. A MP precisa ser votada até terça para não perder a validade.

— Eu falei com os líderes partidários e eles estão chamando os senadores para essa votação.

Entre os pontos retirados pela Câmara dos Deputados

do texto original do Poder Executivo, estão a mudança de nome do Coaf para Unidade de Inteligência Financeira e a transformação do plenário em conselho deliberativo.

Destaques aprovados por acordo entre os partidos retirou das atribuições do órgão a produção de informações para o combate ao financiamento do terrorismo.

Para o próximo semestre, Davi apontou como uma das prioridades a reforma tributária.

Davi Alcolumbre recebe título de Cidadão Tocantinense

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem em Palmas o título de Cidadão Tocantinense. A honraria da Assembleia Legislativa do Tocantins é destinada às pessoas que prestam serviços relevantes ao estado. Em seu discurso, Davi garantiu que o Congresso continuará trabalhando em favor do municipalismo e de reformas estruturais.

— O esforço do Executivo e do Parlamento neste ano foi fundamental para iniciarmos a verdadeira revisão do pacto federativo, levando recursos para onde as pessoas vivem. A vida acontece nos municípios.

A homenagem foi entregue a Davi durante a assinatura do convênio entre a Caixa e o governo estadual que garantirá R\$ 415 milhões para as áreas da educação, saúde e infraestrutura. O evento, que aconteceu no Palácio Araguaia, contou com as presenças do presidente da República, Jair Bolsonaro, do líder do governo no Senado, Eduardo Gomes (MDB-TO), do senador Irajá (PSD-TO), do governador Mauro Carlesse, do presidente da Caixa, Pedro Duarte Guimarães, e de outros parlamentares.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Comissão avaliará marco do setor elétrico em 2020

O presidente da Comissão de Infraestrutura, senador Marcos Rogério (DEM-RO), entregou o relatório final sobre o projeto que modifica o marco regulatório do setor elétrico brasileiro (PLS 232/2016). Ele incentivou os membros da comissão a avaliarem o texto durante o recesso parlamentar, para que possa ser pautado já no início de 2020.

— Não queremos nenhuma matéria votada e aprovada de improviso. Foram justamente

os improvisos que levaram o setor elétrico aos problemas que ele enfrenta hoje — afirmou o senador.

O projeto altera o modelo comercial de energia elétrica com a intenção de, progressivamente, permitir que os pequenos consumidores possam optar por fazer parte do mercado livre, hoje restrito a grandes consumidores.

Marcos Rogério também fez um balanço das atividades da CI ao longo de 2019, destacan-

do os esforços empreendidos para abrir o setor de infraestrutura aos investimentos privados. Ele observou que o Orçamento da União do próximo ano prevê R\$ 19 bilhões para a área, o que não atende às demandas do setor.

— A constatação de uma escassez orçamentária representa um desafio grande, mas, ao mesmo tempo, sinaliza para a oportunidade de o Estado chamar o capital e a expertise do setor privado.

Governo negligencia defesa cibernética, aponta relatório

A defesa cibernética é um setor tratado como absolutamente estratégico em todo o mundo, mas no Brasil permanece sem recursos e negligenciado. Esse foi o quadro apontado por Esperidião Amin (PP-SC), relator em 2019 da avaliação anual de política pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE). O parecer aprovado ontem aponta "um quadro dramático, que expõe o país a enormes riscos",

segundo o senador.

— O Plano Plurianual 2020-2023 nem sequer menciona a área de defesa cibernética. A proposta orçamentária para 2020 destina apenas R\$ 19 milhões para a área, por meio do Ministério da Defesa. A meu pedido, o relator do setor somou outros R\$ 3 milhões. Dá R\$ 22 milhões, mas só R\$ 6,3 milhões vão para o Comando de Defesa Cibernética [ComDCiber].

Chico Rodrigues destaca boas relações Brasil-China

Chico Rodrigues (DEM-RR) registrou ontem em Plenário que o Brasil está consolidando as relações diplomáticas e comerciais com a China, com o objetivo de atrair investimentos. Ele contou que esteve em audiência com o embaixador chinês para tratar de assuntos de interesse bilateral. O senador disse que, na oportunidade, foi possível perceber a aspiração da diplomacia chinesa de estreitar as relações com o governo brasileiro, o que, na sua opinião, é significativo para ambos os países.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanderlan elogia isenção a entidades beneficentes

Vanderlan Cardoso (PP-GO) comemorou ontem a aprovação, no dia 26, do projeto de lei complementar que mantém a isenção a templos e a entidades filantrópicas de ICMS (PLP 55/2019). O senador destacou os trabalhos sociais das instituições filantrópicas e falou da importância dos projetos sociais para a sociedade.

— Recebem o incentivo porque, como todos sabem, eles são grandes realizadores de obras sociais em todo o Brasil — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias critica sessão para votar MP do Coaf

Alvaro Dias (Podemos-PR) criticou ontem a convocação de sessão extraordinária para votar a MP 893/2019, que transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Economia para o Banco Central. Para ele, houve manutenção irregular do quorum do dia anterior no painel eletrônico de presenças do Plenário e qualquer votação que tivesse ocorrido ontem deveria ser invalidada. A sessão de ontem acabou sendo cancelada e a votação da MP foi remarcada para terça-feira.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim alerta aposentados sobre mudança no INSS

Paulo Paim (PT-RS) alertou ontem os aposentados que contribuiram com a Previdência antes de 1994 sobre a mudança na base de cálculo do INSS. Essa base de cálculo excluía os salários recebidos antes do Plano Real, o que prejudicava alguns aposentados. Na quarta-feira, o Superior Tribunal de Justiça proferiu uma sentença para corrigir o problema.

— Agora todo aposentado que desconfia ter sido vítima de um erro de cálculo do benefício pode solicitar a correção do valor do INSS — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ampliação da Codevasf segue para a Câmara

Um dos projetos aprovados gerou polêmica na comissão. Para o relator, a inclusão de bacias do Norte na área de atuação da Codevasf desvirtua a finalidade da companhia

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou na quarta-feira dois projetos que incluem bacias hidrográficas na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). O PL 4.731/2019 inclui o estado do Amazonas, a bacia do Rio Araguari e demais bacias dos estados do Pará e do Amapá, enquanto o PL 4.850/2019 inclui as bacias difusas do litoral do Piauí. Os dois projetos são terminativos e seguem para a Câmara dos Deputados.

O senador Elmano Férrer (Podemos-PI) foi o relator da inclusão das bacias difusas, mas se colocou contra a inserção de bacias de outras regiões, como o Norte, na área de competência da instituição.

— O que estão fazendo de forma cada vez mais grave com a Codevasf é descaracterizar totalmente a instituição.

Segundo o senador Otto Alencar (PSD-BA), a situação atual da Codevasf é de penúria. Ele explicou que, nos últimos anos, a Codevasf vem recebendo verbas orçamentárias apenas para obras que tratam da transposição do São Francisco. As outras ações são fruto apenas de emendas parlamentares, “muitas delas desviantes de sua missão original”. O senador disse que já viu o órgão realizar atividades de calçamento em municípios do interior, ou comprar máquinas, equipamentos e cisternas para ações públicas nessas cidades.

O senador Lucas Barreto (PSD-AP) foi o relator da in-

clusão das bacias do Norte e disse que “o ideal seria a criação de uma espécie de Codevasf do Norte”. Ele explicou que a intenção dos senadores da região é aproveitar a expertise tecnológica do órgão, o que pode ser feito com recursos

da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Barreto justificou com as dificuldades que o Norte tem para se desenvolver.

— Ninguém consegue acessar o FNO [Fundo Constitucional para o Desenvolvimento

da Região Norte] e só 10% das terras podem ser exploradas. No Amapá, a União nos impôs um parque de 3,87 milhões de hectares sem consultar ninguém. Temos no Amapá a maior reserva de gás do mundo e temos petróleo que não podemos explorar. Enquanto isso, o Suriname explora gás nesta mesma plataforma, que vai até a Venezuela — reclamou.

O autor do projeto é o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O Amazonas foi incluído no texto a partir de uma emenda de Eduardo Braga (MDB-AM). Na justificativa, Davi afirma que parcerias com a Codevasf “podem contribuir de forma significativa na geração de empregos, renda e movimentar economicamente a região”.



O presidente da comissão, Izalci Lucas, ouve o relator, Lucas Barreto

Edilson Rodrigues/Agência Senado — 11/12/2019

Senado solicitará ao TCU fiscalização sobre óleo

O Plenário aprovou requerimento, de autoria de Humberto Costa (PT-PE) e de outros senadores, que solicita a fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) das ações desenvolvidas pelo governo federal sobre o derramamento de óleo que atingiu o Nordeste.

O requerimento retifica outro documento, do mesmo autor, que havia sido aprovado em Plenário em outubro. No pedido anterior, os senadores solicitavam auditoria operacional, que teria menor alcance que a fiscalização do TCU.

O objetivo é investigar a atuação do governo federal

frente ao desastre. O vazamento de óleo já é considerado o maior acidente ambiental em extensão visto até hoje no Brasil, pois comprometeu 2,1 mil quilômetros de praias, prejudicando a vida marinha, a saúde humana e as atividades econômicas das cidades litorâneas.

Comissão aprova relatório sobre política para energias renováveis

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou o relatório de Kátia Abreu (PDT-TO) sobre a avaliação da política pública para energias renováveis e biocombustíveis. Essa foi a política pública eleita pelo colegiado para ser analisada em 2019.

Entre as sugestões para o setor de biocombustíveis,

estão a realização de pesquisas para o aprimoramento dos modelos, das bases de dados e das ferramentas de apoio ao Renovabio. E entre as para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, a modernização do setor elétrico e o aperfeiçoamento da governança de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Avança MP sobre transferência de terras da União

A comissão mista da medida provisória que facilita a transferência definitiva para Roraima e Amapá de terras pertencentes à União encerrou na quarta-feira suas atividades.

Foi aprovado o relatório do deputado Edio Lopes (PL-RR), favorável à MP 901/2019. A me-

didada segue como projeto de lei de conversão para os Plenários da Câmara e do Senado.

O presidente da comissão mista foi o senador Lucas Barreto (PSD-AP). Em 2001, a Lei 10.304 autorizou a transferência de terras da União para o estado de Roraima e, em

2009, o estado do Amapá foi contemplado pela Lei 11.949.

O texto aprovado simplifica as exigências para a comprovação de propriedade dessas terras e “resguarda os direitos adquiridos dos beneficiários de títulos expedidos pela União, sem registros cartoriais”.

Confúcio defende agricultura familiar na Amazônia

Confúcio Moura (MDB-RO) defendeu ontem a agricultura familiar sustentável, mas observou



Waldemir Barreto/Agência Senado

que os agricultores das pequenas propriedades, em especial os da região amazônica, não têm dinheiro para compra de material e que, por isso, não devem ser penalizados. Segundo ele, 89% dos produtores brasileiros são pequenos.

— Há essa tradição do fogo na pequena propriedade, não são as grandes queimadas que causaram impacto internacional. Não podemos castigar a agricultura familiar da Amazônia.

Paulo Rocha fala sobre o Brasil na COP 25, em Madri

Paulo Rocha (PT-PA) informou ontem em Plenário que os representantes brasileiros na



Waldemir Barreto/Agência Senado

conferência sobre mudanças climáticas de 2019, a COP-25, defenderam a economia verde, o fim do desmatamento ilegal, os índios e as ONGs.

— Nós temos formas de solucionar o problema da Amazônia sem que avance a questão da devastação, da exploração que não seja sustentável, e também não há necessidade de vender a nossa Amazônia para os interesses internacionais.

Amin propõe PEC sobre 2ª instância igual à da Câmara

Esperidião Amin (PP-SC) propôs que seja apresentada no Senado, a partir de fevereiro,



Waldemir Barreto/Agência Senado

uma proposta de emenda à Constituição sobre a prisão após condenação em segunda instância com um texto igual à PEC 199/2019, que tramita na Câmara. Para ele, seria uma forma de acelerar a sua tramitação.

— Igual o texto. E à medida que se modificava alguma coisa lá, modificava-se aqui também. Ao fim e ao cabo, tivemos os dois textos aprovados, de forma convergente.

Styvenson quer discussão sobre candidatura avulsa

Styvenson Valentim (Podemos-RN) propôs que o Senado discuta abertamente o modelo de



Waldemir Barreto/Agência Senado

candidatura avulsa, para que o cidadão possa entrar na vida pública sem a necessidade de pertencer a um partido político.

O senador mencionou estudo segundo o qual quatro em cada dez nações permitem que pessoas sem filiação partidária disputem, pelo menos, cadeiras legislativas em nível local. E criticou a proliferação de partidos políticos no país. Hoje, afirmou, há 76 pedidos de agremiações no TSE.

Jorginho Mello critica medida por prejudicar Sebrae

O senador Jorginho Mello (PL-SC) registrou ontem sua preocupação com a MP 907/2019,



Waldemir Barreto/Agência Senado

que, além de outros temas, prevê cortes de 18,4% no orçamento do Sebrae em favor da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), também instituída pela MP. Jorginho disse que a medida retira dinheiro do Sistema S, que, na sua opinião, presta grande serviço de formação, orientação, capacitação e fomento aos micro e pequenos empresários do Brasil.